



**UMA TEORIZAÇÃO EM TORNO DE UM PENSAMENTO PRÓPRIO
PARA A CRÍTICA BIOGRÁFICA FRONTEIRIÇA: a condição do estar e
do pensar a partir da fronteira-sul**

**A THEORIZATION AROUND A THOUGHT PROPER FOR BORDER
BIOGRAPHIC CRITICISM: the condition of being and thinking from
the southern border**

**UNA TEORIZACIÓN EN TORNO A UN PENSAMIENTO PROPIO PARA
LA CRÍTICA BIOGRÁFICA FRONTERIZA: la condición de ser y pensar
desde la frontera sur**

Edgar César Nolasco¹

Resumo: O ensaio propõe uma teorização assentada em conceitos específicos, entre os quais, por sua vez, contribuem para a formação de um pensamento próprio da crítica biográfica fronteira. Entre tais conceitos sobressaem, além do próprio conceito de pensamento próprio, opção decolonial, desobediência epistêmica, desprendimento, entre outros que aparecem no entorno desses conceitos privilegiados. Afora isso, o ensaio também privilegia a importância do biólócus, tanto com relação ao crítico biográfico fronteira, quanto com relação à consciência que esse crítico deve ter para com o próprio fazer teorização.

¹ Professor do curso de Letras e da Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ORCID iD: 0000-0002-8180-585X. Email: edgar.nolasco@ufms.br.

Palavras-chave: Crítica biográfica fronteiriça; Teorização decolonial; Teorizador fronteiriço.

Abstract: The essay proposes a theorization based on specific concepts, among which, in turn, they contribute to the formation of a thought specific to border biographical criticism. Among such concepts, in addition to the concept of own thinking, stand out, decolonial option, epistemic disobedience, detachment, among others that appear around these privileged concepts. Aside from that, the essay also privileges the importance of the biolocus, both in relation to the borderline biographical critic, and in relation to the conscience that this critic must have towards his own theorizing.

Keywords: Borderline biographical criticism; Decolonial theorizing; border theorist.

Resumen: El ensayo propone una teorización a partir de conceptos específicos, entre los cuales, a su vez, contribuyen a la formación de un pensamiento propio de la crítica biográfica fronteriza. Entre tales conceptos, además del concepto de pensamiento propio, se destacan opción decolonial, desobediencia epistémica, desapego, entre otros que aparecen en torno a estos conceptos privilegiados. Aparte de eso, el ensayo también privilegia la importancia del biolocus, tanto en relación con el crítico biográfico límite, como en relación con la conciencia que este crítico debe tener hacia su propia teorización.

68

Palabras llave: Crítica biográfica límite; Teorización decolonial; teórico de la frontera.

En matéria de filosofia tenemos en América, por una parte, una forma oficial de tratarla y, por la otra, una forma, por decir a así, privada de hacerlo. Por un lado está lo que aprendemos de la universidad y que consiste en una problemática europea traducida a nivel filosófico y, por el otro, un pensar implícito vivido cotidianamente en la calle o en el campo [...] Claro está que no se trata de negar la filosofía occidental, pero sí de buscar un planteo más próximo a nuestra vida. Cuando Kant enuncia su teoría del conocimiento, lo hace porque en esse momento era imprescindible. Lo mismo ocurre con Hegel, quien expresa el sentir íntimo de la burguesía alemana de su tempo [...] *El pensar europeo, como bien lo demostró Dilthey, siempre se vinculó a un estilo de vida.* En ese sentido la filosofía tiene el mismo grado de receptividade que el arte y la religión (itálicas agregadas).

Apud MIGNOLO. Filosofía y diferencia epistémica colonial, p. 204.

Venho escrevendo e pensando acerca do que denominei de Crítica biográfica fronteira há um bom tempo. Sobre o assunto, já publiquei os textos: 1-“Crítica biográfica fronteira” (2015); “O ensaio da crítica biográfica fronteira” (2017); “Descolonizando a pesquisa acadêmica: uma teorização sem disciplinas” (2018); “Por uma gramática pedagógica da fronteira-sul: exterioridades” (2019); e “Ensaio biográfico fronteira: uma teorização” (2020). Já no último ensaio escrito especificamente para compor e fechar minha Tese Acadêmica defendida em 24 de setembro de 2020, e intitulado de “Podemos Fazer teori(a)ção da fronteira-sul?”², logo no primeiro parágrafo eu já sinalizava o que havia feito nos textos aqui anteriormente mencionados e o que me propunha a fazer naquele último:

Se, num primeiro momento, me detive mais na presença da categoria do *bios* como mola propulsora para uma reflexão de base biográfica fronteira, e na sequência chamei a atenção para a questão do *lócus* (*biolócus*), como mostram os textos dos capítulos anteriores, atravessada a discussão pela relação entre o sujeito pensante e a escrita ensaística (a pesquisa) em si, volto-me agora para a *teorização* em si especificamente enquanto uma reflexão que emerge da base da Crítica biográfica fronteira e ao mesmo tempo é uma prática fundante dessa crítica. (NOLASCO, ainda não publicado, p. 142)

Retomo a passagem agora por entender que ela pontua duas questões essenciais e fundantes para um discurso crítico arregimentado dentro e a partir do que venho chamando de Crítica biográfica fronteira: a primeira se circunscreve em torno não apenas do *bios*, como também do *lócus*, logo do que chamei de *biolócus*; e a segunda uma prática de *teori(a)ção* que se dá por fora da prática moderna das teorias assentadas ainda nas modernas práticas teóricas, *grosso modo*, da desconstrução. Aliás, sobre isso, ao contrastar o pensamento moderno com o pensamento descolonial, Walter D. Mignolo esclarece:

Um pensamento que desnaturalize a matriz colonial de poder que abarca e inclui a regionalidade da metafísica ocidental, de que tratou a desconstrução. A desconstrução limitava sua tarefa a uma totalidade imaginária cuja

² Uma primeira versão do ensaio mencionado foi publicada nos CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS: Ensaio biográfico (ISSN: 1984-7785), v.1, n.23 (2020), P. 1-16.

“imaginação” era o efeito da constituição imperial dos países capitalistas e cristãos ocidentais. (MIGNOLO, 2006, p. 11)³

A prática, ou opção, da *teorização* de ordem descolonial, ou fronteira que, por sua vez, funda o que vimos chamando de Crítica biográfica fronteira advém da conceituação de *pensamiento propio* cunhada por Rodolfo Kusch e desenvolvida por Walter Mignolo em *¿Podemos pensar los no-europeos?*(2018) — livro este, aliás, que aqui será *incorporado e apropriado* por mim a exaustão (apropriar-se aqui não para repetir, ou desconstruir, ou reler interconceitualmente, mas, sim, para *desprender-se e libertar-se*). Como eu mesmo preciso *escutar* mais e melhor acerca do que seja um pensamento próprio, tendo por escopo a trajetória crítica desafiadora que se esboça diante de meu olhar através da *teorização* não-moderna que se desenha por meio de meu discurso, trago o que Kusch/Mignolo entendem por *pensamiento propio*:

Perder o medo de pensar por nós mesmos, medo infundido pela força das diferenças epistêmicas e ontológicas coloniais e da colonialidade que se atualizam. Sabemos que frequentemente não se presume que o/a colonizado/a não se assume (se reconhece) como pertencendo à ontologia em que a classificação o/a o colocou. Uma vez que você pode ver o “truque” (o jogo) por trás das classificações, você estará em condições de desprender-se e começar a andar por conta própria, em vez de traduzir os problemas europeus para a linguagem da filosofia ensinada na América, África ou Ásia. (MIGNOLO, 2018, p. 135)⁴

70

Perder o medo de pensar por nós mesmos, reconheço, não é tarefa fácil, sobretudo quando, e especificamente, como formados numa Academia que nos

³ “Un pensamiento que desnaturalize la matriz colonial del poder que abarca e incluye la regionalidad de la metafísica occidental, de la cual se ocupó la des-construcción. La des-construcción limitó sua tarea a una totalidad imaginaria cuya ‘imaginación’ fue el efecto de la constitución imperial de los países capitalistas y cristianos occidentales.” (MIGNOLO, 2006, p. 11 – trad. livre minha)

⁴ MIGNOLO. *¿Podemos pensar los no-europeos?*, p. 135. (“perder el miedo a pensar por nosotros mismos, miedo infundido por la fuerza de las diferencias epistémica y ontológica coloniales y la coloniladad que actualizan. Sabemos que frecuentemente el/la colonizado/a no se asume como perteneciendo a la antología en la que la clasificación lo -o la - ha colocado. Una vez que puede ver “el truco” que se esconde en la clasificación, se encuentra en condiciones de desprenderse y comenzar a andar por cuenta propia, en lugar de traducir los problemas europeos al lenguaje de la filosofía que se enseña en América, África o Asia.” Trad. livre minha e grifos meus)

ensina diariamente que há uma teoria certa e soberana, universal, antropofágica e moderna que deve ser seguida e repetida por todos os letrados à exaustão, quer seja dentro ou fora da academia. Nessa *formação* escolástica, não há lugar para o *desprendimento* e a *desobediência epistêmica*, como mostrarei. E não há lugar, porque não há liberdade, e não há liberdade para modos de pensar outros.

A *teorização* aqui defendida e proposta implica um desprender-se das amarras teóricas de pensar estabelecidas pela academia moderna, e não por acaso que “o desprendimento implica desobediência epistêmica”.⁵ De acordo com Mignolo, “a noção de *pensamento próprio* para Kusch significa a liberdade de poder apropriar-se da filosofia continental, no caso do filósofo, para desprender-se [desvincular-se] do modo oficial como ela é estudada.”⁶ Assim, com base na opção do desprendimento e da prática política da desobediência epistêmica, a teorização aqui defendida apresenta-se mais como *uma longa conversa filosófica e biográfica* (poética), como forma, sobretudo, de assegurar a presença de uma paisagem biográfica do cotidiano por meio da qual o des-sujeito (MIGNOLO) envolvido luta, busca, se inscreve e escreve, desprende-se e desobedece a lógica da teoria moderna indisciplinadamente.⁷ A presença desse *bios* (ou seria *corpo*?) plantado e assegurado no meio e na base da teorização assegura a luta e o direito de *re-existência* e de *re-surgência*, visando uma *re-emergência* no ato descolonial ou fronteiriço de *des-teorizar*, o que resulta, enfim, em uma ética descolonial ou fronteiriça da própria teorização enquanto ação ética e política.⁸ Fica subentendido aqui o que mais tarde nominarei de “pensamento da escrevivência”, quando me

⁵ “El desprendimiento implica desobediência epistêmica”. (MIGNOLO, 2018, p. 135)

⁶ “la noción de *pensamiento propio* para Kusch significa la libertad de poder apropiarse de la filosofía continental, en el caso del filósofo, para desprenderse del modo oficial en el que se estudia.”(MIGNOLO, 2018, p. 135)

⁷ “En el multi-territorio de nuestros pensamientos y nuestro vivir ello tal vez implique la desobediencia epistémica, la indisciplinada educativa, la rebelión ética, la subversión política que pueden encontrarse en una prosa filosófica-literaria (quizá cercana a cierta poética originaria) inscripta en el paisaje cotidiano llevado dentro y a partir de cual se lucha, se busca, se sana.” (GIULIANO, 2018, P. 21)

⁸ “De aquí la necesidad de hablar de una ética radicalmente diferente, una ética de la rebelión, una ética de la resistencia, una ética de la re-existencia, una ética de la re-surgencia, una ética de la re-emergencia, en resumen posiblemente, una *ética descolonial*.”(GIULIANO, 2018, p. 20)

meter na questão que implica uma “escolha” ou uma “opção”, por parte do escritor ou do crítico biográfico fronteiriço, *do escrever o que quero* (MIGNOLO).

Facundo Giuliano, ao tratar da pergunta que se formula já no título do volume *¿Podemos pensar los no-europeos?*(2018) — pergunta esta feita por aqueles que *habitam* na fronteira — lembra-nos de que a cura para a *ferida aberta* da qual sofre o indivíduo fronteiriço depende de seu desprendimento, de sua desaprendizagem e de sua descolonização. Resulta daí desse ato o que ele chama de “opção descolonial” na esteira de Mignolo, e que aqui passo a chamar de opção de *des-teorizar*: “outro modo de sentir, de pensar, de escribir, de hacer, de jugar, de conversar.”⁹ Modos outros de pensar, de *des-teorizar*, descolonialmente daqueles que aprenderam, ou estão aprendendo, uma teorização fronteiriça porque já *perderam o medo de pensar por eles mesmos*. O que está envolto a esse modo de jogar outro, a esse modo outro de des-teorizar — uma vez que quase sempre alguém quer decidir pelos demais, jogar pelos demais, pensar pela maioria e impor, inclusive, um modo de pensar certo, como se o ato de pensar não fosse facultado a todos e, por extensão, o de teorizar — é a vontade de desprender-se de tudo o que lhe é imposto colonialmente: “o insuportável é não conseguir pensar além da “tradição” ou dos cânones impostos, e esse jogo infame há muito que muita gente se cansou de jogar.”¹⁰

72

Daí advém a necessidade de se perguntar pela possibilidade e impossibilidade de se pensar por fora do estabelecido como cânones de pensamento — questão essa, aliás, que se desenha e se projeta desde o título do livro *¿Podemos pensar los no-europeos?* A partir daí se convoca outra ética, outra política, outra lógica, ambas articuladas por fora da lógica da colonialidade e da retórica da modernidade, abrindo-se um lugar-espaco para o *convite de um pensamento outro*, pensamento esse necessário para se pensar descolonialmente e capaz de fomentar a política da teorização que caracteriza o que aqui venho

⁹ GIULIANO, 2018, P. 18. “outro modo de sentir, de pensar, de escribir, de hacer, de jugar, de conversar.”

¹⁰ “Lo insuportable es no poder pensar más allá de “la tradición” o los cânones impuestos, y a este juego infame hace mucho tiempo que mucha gente se canso de jugar. (GIULIANO, 2018, p. 19 – trad. livre mimha)

chamando de Crítica biográfica fronteira. Pensando ainda dentro do campo do *pensamento próprio* de Kusch, vejamos a advertência feita por Facundo Giuliano:

Sem arrogância, com os ouvidos abertos e a coragem de partilhar uma questão — que se multiplica por tantas outras — e algumas respostas que se conversam, tem que se deixar perguntar, porque talvez seja a única chance de *convidar um pensamento* sem explicá-lo, mesmo sem compreendê-lo, apenas talvez “no que é incerto sobre ele, sobre a escassez do futuro, a insuficiência, a incompletude, a sinuosidade.”(GIULIANO, 2018, p. 20)¹¹

É bem oportuno lembrar aqui que desde o livro *Histórias locais/Projetos globais* (2003) Walter Mignolo já vinha falando de “um pensamento outro” o que, pelo teor da conversa teórica, aproxima sobremaneira do “pensamento próprio” de Kusch agora explorado por Mignolo em *¿Podemos pensar los no-europeos?* Vale a pena transcrever algumas passagens dali como forma de relembrar tal discussão. Na parte subintitulada de “Um outro pensamento”, o autor, ao tratar especificamente da descolonização do conhecimento, afirma, primeiro, que o pensamento liminar [melhor seria fronteira] e a “dupla crítica” (Khatibi) *são as condições necessárias para um outro pensamento*: “um pensamento que não é mais concebível na dialética de Hegel, mas localizado na fronteira da colonialidade do poder no sistema mundial moderno.” (MIGNOLO, 2003, p. 103). A reprodução desta passagem e das seguintes vai mostrar que a proposta do “pensamento outro” converge para o “pensamento próprio” de Kusch e que, ambos, por sua vez, ancoram o pensamento descolonial e sua ética. Aqui, em específico, estamos propondo pensar também a teorização que resulta na crítica biográfica fronteira, sobretudo porque tal discussão tem uma fundamentação de ordem epistemológica e não territorial, como se poderia pensar. Na sequência, Mignolo reitera que um pensamento outro “implica a redistribuição da geopolítica do conhecimento da forma como foi organizada tanto pelo ocidentalismo (enquanto imaginário dominante e autodefinição do sistema mundial moderno) como pelo orientalismo (um exemplo particular em que se localizava a diferença

¹¹ GIULIANO, 2018, p. 20. (Sin soberbia, con oídos abiertos y ánimos de compartir una pregunta - que se multiplica en tantas otras - y unas respuestas que conversan entre sí, hay que dejarse preguntar sin dejar(se) de preguntar, porque quizá sea la única chance de *convidar un pensamiento* sin explicarlo, incluso sin comprenderlo, apenas tal vez 'en lo que él tiene de incierto, de escasez de futuro, de insuficiencia, de incompletud, de sinuosidad." Trad. livre minha, grifo do autor)

do mesmo), juntamente com estudos de área e o triunfo das ciências sociais na geopolítica do conhecimento.” (MIGNOLO, 2003, p. 104). Um pensamento outro convoca outros conhecimentos, bem como outros lugares nos quais também se produz conhecimento, mesmo que às vezes esses lugares não sejam (ou não eram) reconhecidos. Tais conhecimentos outros, estabelecidos a partir de lugares outros, ou melhor, a partir de outras geopolíticas do mundo, também permitem a inscrição de teorias outras que, por sua vez, escapam daquelas teorias advindas daqueles “estudos de área” ou do mero triunfo das ciências humanas no ocidente. Ao tratar-se de uma redistribuição de geopolítica de conhecimento por fora tanto do pensamento organizado pelo ocidentalismo quanto pelo orientalismo como diz Mignolo, também vemos se desenhar a entrada de uma teorização outra ainda não formulada por essa geopolítica determinada e imposta pelo pensamento moderno. Mignolo nos dá uma descrição mais apurada do que seja um pensamento outro: “uma maneira de pensar que é inspirada em suas próprias limitações e não pretende dominar e humilhar; uma maneira de pensar que é universalmente marginal, fragmentária e aberta; e, como tal, uma maneira de pensar que, por ser universalmente marginal e fragmentária, não é etnocida.” (MIGNOLO, 2003, p. 104) Vemos que, na base dessa descrição do que seja um pensamento outro, sobressai uma alusão direta ao pensamento fronteiriço, ou epistemologia fronteiriça (ANZALDÚA), e até mesmo uma referência à política das epistemologias do Sul propostas por Boaventura de Sousa Santos¹². Essa *maneira de pensar* a qual se refere Mignolo também serve para pensar a proposta de *re-teorizar* da Crítica biográfica fronteiriça na medida em que tal teorização não se prende aos discursos hegemônicos, nem muito menos ao jogo da retórica disciplinar e acadêmica, quanto mais à lógica da modernidade ou da colonialidade. Sobressai-se nessa teorização a importância do lugar (res) de onde se erige a enunciação teórica e, por conseguinte, o corpo do sujeito que a pensa. A presença do “biolocus” para a fundamentação dessa teorização é determinante, quando se trata do que aqui está sendo chamado de Crítica biográfica fronteiriça.

74

Exposto isso, mesmo que de forma breve, sobre “um outro pensamento” visando aproximá-lo aqui do “pensamento próprio” de Kusch e, por extensão, como uma forma de pensar melhor onde se engastaria a teorização (lugar teórico) do pensamento da crítica biográfica fronteiriça, deve-se, por conseguinte, se

¹² Ver SOUSA SANTOS. *Epistemologias do Sul*.

perguntar, ou melhor, se deter em duas discussões de ordem conceitual que se aproximam entre si e que nos ajudam a entender melhor os escaninhos da teorização aqui perseguida e formulada ao mesmo tempo. Refiro-me aos conceitos de “desobediência epistêmica” e de “desprendimento”, ambos trabalhados por Walter Mignolo.

Na verdade, desobediência epistêmica e desprendimento estão inter-relacionados desde o início. De acordo com Walter Mignolo, quando Anibal Quijano escreve em “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad” que “desprender-se dos vínculos da racionalidade-modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e, sem última instância, com todo poder não constituído na livre decisão de pessoas livres” (MIGNOLO, 2008, p. 288)¹³, ele já está propondo desobediência epistêmica. Sem tal opção descolonial¹⁴, não ocorre, segundo Mignolo, *desencadeamento epistêmico* e, em não havendo, “permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares.” (MIGNOLO, 2010, p. 288). Não permanecer sob o domínio conceitual moderno faz parte da política e da ética da teorização descolonial que resulta na crítica biográfica fronteiriça aqui proposta, restando a essa opção de ordem descolonial desprender-se dos postulados e dos modos de pensar das Teorias modernas. E não se trata de simplesmente ignorar os postulados das Teorias assentadas no sistema colonial moderno, mas, sim, de rechaçar tais conceitos por entender que por eles fazerem parte de uma epistemologia moderna não contemplam uma teorização fronteiriça que vem assentada em uma epistemologia fronteiriça (ANZALDÚA; MIGNOLO). Endossa essa minha proposição o que afirma Mignolo a respeito: “creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a co-existência do conceito descolonial não será tomado como ‘deslegitimar as ideias críticas

¹³ “(...) desprenderse de las vinculaciones de la racionalidade-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituído en la decision libre de gentes libres.” (Apud MIGNOLO. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”, p. 288.)

¹⁴ Mignolo conclui o primeiro parágrafo de seu texto assim: “Eis exatamente por que estou argumentando aqui a favor da opção descolonial como desobediência epistêmica.” (p. 289)

europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida.” (MIGNOLO, 2010, p. 288).

No centro dessa discussão, o autor reitera que *a opção descolonial é epistêmica* exatamente por ela se desvincular “dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento.” (MIGNOLO, 2010, p. 290). Afastar-se da plêiade de conceitos modernos e desse arquivo detentor de um saber e um conhecimento acumulado que prima pela repetição conceitual faz parte de uma ética e de um *fazer teorização* que fundamentam a crítica biográfica fronteiriça. Não por acaso que, na esteira da discussão feita por Mignolo, desvinculamento epistêmico referente aos conceitos modernos, às Teorias modernas e ao próprio pensamento ocidental moderno não significa *ignorar* tudo o que já houve na história do pensamento ocidental. Muito pelo contrário, o que o autor propõe a partir de seu texto aqui perseguido por mim e não por acaso intitulado de “Desobediência epistêmica” é substituir a teopolítica e a geopolítica (que regeram a política do pensamento moderno) pela corpopolítica e a geopolítica. No livro *Desobediencia epistémica* (2010), entre outras ponderações a respeito, Mignolo afirma que “é óbvio que o *desprendimento* (desapego) não pode ocorrer dentro da estrutura das políticas teo-e ego-lógicas do conhecimento e da compreensão.” (MIGNOLO, 2010, p. 40)¹⁵ Por todo o livro, cujo objetivo maior pode se resumir em desfazer a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade e apontar de onde se origina a gramática da descolonialidade, Mignolo trata de forma detalhada sobre a diferenciação e afastamento entre, de um lado, a teopolítica e a egopolítica, e, de outro, a corpopolítica e a geopolítica, para, a partir do momento em que ele se detém no possível esboço de uma *gramática da descolonialidade*, deter-se também, e por conseguinte, na fratura maior entre ambos os conceitos. No quarto e último capítulo do livro intitulado de “Prolegómeno a una gramática de la descolonialidade”, depois de dizer que a gramática da descolonialidade está em processo de construção no planeta, Mignolo sintetiza assim seu prolegômeno introdutório:

Quero agora avançar a tese de que o surgimento da geopolítica e da corpopolítica do conhecimento introduz uma fratura na hegemonia da teopolítica e da egopolítica, os

¹⁵ MIGNOLO. *Desobediencia epistémica*, p. 40: “Resulta obvio que el *desprendimento* no puede realizarse dentro del marco de las políticas teo- y ego-lógicas del conocimiento y del entendimiento.”

dois pilares da colonização de almas e mentes, por um lado, da formação da subjetividade moderna (autossuficiência e sucesso do indivíduo, estados e corporações sobre outros); por outro, de uma economia que, em vez de gerir a escassez, racionaliza os lucros à custa de vidas e do bem-estar humano. Na esfera de controle da autoridade (de instituições, partidos, organizações), tanto o variado alcance da direita quanto o variado alcance da esquerda e o variado alcance do centro-esquerda e centro-direita são enquadrados nas teo- e ego-política do conhecimento, do renascimento ao Iluminismo e do Iluminismo ao presente. (MIGNOLO, 2010, p. 93)¹⁶

Enfim, Mignolo se vale da dupla conceitual geopolítica & corpopolítica para delinear toda a construção da gramática da descolonialidade, visando pontuar, assim, o que é essencial e indispensável para um projeto (e pensamento) descolonial e, entre outros conceitos, detém-se no de opção descolonial. Aqui como estamos querendo pensar a proposta teórica e política da crítica biográfica fronteiriça, entendemos que o que move a natureza dessa crítica passa, necessariamente, pela opção descolonial empreendida pelo crítico biográfico fronteiriço (teorizador, filósofo). Daí não ter como não nos determos na discussão que englobe o conceito de opção descolonial mais de perto. Não custa repetir, como já feito antes, que para se deter na questão da opção descolonial faz-se necessário deter-se também tanto no conceito de desobediência epistêmica, quanto no do desprendimento, e por razões óbvias, como vimos tentando mostrar.

Começo reiterando, e repetindo, que a opção descolonial aqui é correlata à opção de *re-teorizar* que está na base da teorização que sustenta a crítica envolta ao *biolócus*, isto é, a crítica biográfica fronteiriça. Depois de afirmar que a opção descolonial é epistêmica e de substituir os conceitos de teopolítica e de geopolítica pelos de corpopolítica e de geopolítica, Mignolo conclui que a opção descolonial

¹⁶ MIGNOLO. *Desobediencia epistémica*, p. 93. Trad. Livre nossa: “Quiero avanzar ahora en la tesis de que la aparición de la geopolítica y la corpopolítica del conocimiento introduce una fractura en la hegemonia de la teopolítica y la egopolítica, los dos pilares para la colonización de las almas y las mentes, por un lado, de la formación de la subjetividade moderna (la auto-suficiencia y el éxito del individuo, de los estados y de las corporaciones por sobre los y las demás); por el otro, de una economía que en lugar de administrar la escasez racionaliza las ganancias a costa de vidas y bienestar humano. En la esfera del control de la autoridad (de las instituciones, partidos, organizaciones), tanto la variada gama de la derecha como la variada gama de la izquierda y de la variada gama de centro-izquierda y centro-derecha se enmarcan en la teo- y la ego-política del conocimiento, desde el renacimiento a la ilustración y desde la ilustración a la actualidad.”

significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender*. (MIGNOLO, 2008, p. 290)¹⁷ Lembramos que essa opção assentada no *aprender a desaprender* é que vai estar na origem da descolonização epistêmica e de sua possível gramática. Depois de se perguntar como funciona a descolonização epistêmica e qual seria sua gramática, o autor constata que há pelo menos dois procedimentos básicos:

Um consiste em descobrir a parcialidade [o preconceito] e as limitações da teopolítica e da egopolítica do conhecimento e da compreensão. O outro é oferecido pelo crescimento e expansão da geopolítica e da corpopolítica do conhecer e compreender. (MIGNOLO, 2010, p. 97) (MIGNOLO, 2010, p. 97)¹⁸

Ambos os procedimentos, segundo o autor, são processos de *desprendimento*, por meio dos quais se denuncia a retórica da modernidade e a lógica imperante da colonialidade. De acordo com o autor advém daí a teoria crítica descolonial, ou, como prefiro, a teorização biográfica fronteiriça. Mas o mais interessante é que é exatamente nesse contexto de elaboração de uma teoria pluritópica, e não mais monotópica, que se erige a gramática da descolonialidade, cujo princípio está no “aprender a desaprender, para poder así re-aprender” (MIGNOLO, 2010, p. 98)¹⁹. Como aqui nos interessa de perto essa opção descolonial do re-aprender, uma vez que estamos propondo pensar no re-teorizar como uma prática teorizadora específica da crítica biográfica fronteiriça, entendemos que se tal opção serve para o esboço da gramática da descolonialidade, serve também, nas mesmas proporções, para se pensar melhor a

78

¹⁷ MIGNOLO. *Desobediência epistêmica*, p. 290. “...aprender a desaprender (como tem sido claramente articulado no projeto de aprendizagem Amawtay Wasi), já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do mundo) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial compreendo o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais europeias (também chamadas vernáculas) e não o árabe, o mandarim, o aymara ou bengali, por exemplo.”(p. 290) (grifo do autor)

¹⁸ MIGNOLO. *Desobediência epistêmica*, p. 97. “Uno consiste en descubrir la parcialidad y las limitaciones de la teopolítica y la egopolítica del conocimiento y la comprensión. El otro es ofrecido por el crecimiento y la expansión de la geopolítica y la corpo-política del conocer y comprender.”(p. 97)

¹⁹ MIGNOLO. *Desobediência epistêmica*, p. 98. “Dussel e Fanon nos dan dos puntos de partida sólidos para hacerlo, el primero relacionado con la geopolítica epistémica y el segundo con la corpo-política”.(p. 98)

crítica assentada no *biolócus*. Vejamos, nesse sentido, o que afirma Mignolo a respeito:

A gramática da descolonialidade (a descolonização do ser e do saber, da teoria política e econômica) começa no momento em que atores que habitam linguagens e subjetividades racializadas e negadas em sua humanidade tomam consciência dos efeitos da colonialidade do ser e do saber. A colonização do ser e do saber operou e opera de cima para baixo, a partir do controle da autoridade (política) e da economia. A descolonização do ser e do conhecimento vai de baixo para cima, da sociedade civil ativa e da sociedade política radical, para o controle imperial da autoridade e da economia. É nesse sentido que a gramática da descolonialidade está funcionando, tem que funcionar, de baixo para cima. (MIGNOLO, 2008, p. 112)²⁰

Quero entender aqui, aludindo ao que eu dissera atrás quando falei de pensamento da escrevivência e reforçando que a opção descolonial é o modo de des-teorização da crítica biográfica fronteira, que a partir do momento em que o des-sujeito (o teorizador) tem consciência da presença e marca da inscrição de seu *bios* em sua forma de teorizar (des-pensar), ele opera de fora para dentro, ou de baixo para cima como quer Mignolo, permitindo, por conseguinte, que se instaure *outro modo de sentir, de pensar, de escrever, de fazer, de julgar e de conversar* (GIULIANO). Nesse sentido, podemos acrescentar que talvez a única diferença, no plano da teorização, entre os princípios fundantes da gramática da descolonialidade e os da crítica biográfica fronteira seja a presença incontestada do *bios* de todos os envolvidos na ação.

Ainda visando deter-se mais na discussão envolta à opção descolonial, vejamos o que a descolonialidade entende por pensamento descolonial. De acordo com Mignolo, “pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais.” (MIGNOLO,

²⁰ MIGNOLO. Desobediencia epistémica, p. 112. La gramática de la descolonialidad (la descolonización del ser y del saber, de la teoría política y económica) comienza en el momento en el que actores que habitan lenguas y subjetividades racializadas y negadas en su humanidad, toman conciencia de los efectos de la colonialidad del ser y del saber. La colonización del ser y del saber operó y opera desde arriba hacia abajo, desde el control de la autoridad (política) y de la economía. La descolonización del ser y del saber va desde abajo hacia arriba, de la sociedad civil activa y la sociedad política radical, hacia el control imperial de la autoridad y la economía. Es en este sentido que la gramática de la descolonialidad está funcionando, tiene que funcionar, desde abajo hacia arriba.

2008, p. 290 – 291). A partir desse campo do pensamento fronteiriço, em que não existe mais as dualidades imperiais que asseguravam a ideia de “uma identidade superior “ e a construção de “construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero)”, temos tão somente exterioridades: *o exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial* (MIGNOLO). De acordo com o autor *é dessa exterioridade, ou melhor, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade, que as opções descoloniais (no plural) se reposicionaram e emergiram com força.*²¹ Vale observar que é desse lugar de exterioridades (epistemologias outras) que se apresenta a opção descolonial que sustenta toda a epistemologia, a política e a ética do pensamento descolonial ou fronteiriço. E a palavra descolonial o que pode significar e implicar ao mesmo tempo? Para Mignolo, “descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade” (MIGNOLO, 2008, p. 304), e “implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais.” (MIGNOLO, 2008, p. p. 305). Endossa esses arrolamentos conceituais quando nos lembramos do que dissera Rodolfo Kusch sobre o “pensamento próprio”, que nada mais é do que o pensamento indígena, descolonial ou fronteiriço:

80

A busca por um pensamento indígena não se deve apenas ao desejo de exumá-lo cientificamente, mas também à necessidade de resgatar um estilo de pensamento que, creio, ocorre nas profundezas da América e que mantém certa validade nas populações crioulas. (MIGNOLO, 2008, p. 305)²²

E essa discussão acerca de um pensamento próprio, inclusive já trabalhado por nós anteriormente, e que está diretamente envolta à opção descolonial, retoma um outro conceito trabalhado por Mignolo e diretamente ligado ao imaginário descolonial. Trata-se do conceito de interculturalidade. O autor explora dois eixos de palavras-chave, sendo um voltado para o imaginário da modernidade ocidental (desenvolvimento e nação) e pós-modernidade (diferença), e outro pertencente ao

²¹ Ver MIGNOLO. *Desobediência epistêmica*, p. 291.

²² *Apud* MIGNOLO. *Desobediência epistêmica*, p. 305. La búsqueda de un pensamiento indígena no se debe sólo al deseo de exhumarlo científicamente, sino a la necesidad de rescatar un estilo de pensar que, según creo, se da en el fondo de América y que mantiene cierta vigencia en las poblaciones criollas.(p. 305)

imaginário descolonial (interculturalidade e descolonial) (MIGNOLO, 2008, p. 292 – 293). Especificamente sobre o conceito de interculturalidade, vejamos como ele deve ser pensado:

A interculturalidade deve ser entendida no contexto do pensamento e dos projetos descoloniais. Ao contrário do multiculturalismo, que foi uma invenção do Estado-nação nos EUA para conceder ‘cultura’ enquanto mantém ‘epistemologia’, interculturalidade nos Andes é um conceito introduzido por intelectuais indígenas para reivindicar direitos epistêmicos. A inter-cultura, na verdade, significa inter-epistemologia, um diálogo intenso que é o diálogo do futuro entre cosmologia não ocidental (aymara, afros, árabe-islâmicos, hindi, bambara etc) e ocidental (grego, latim, italiano, espanhol, alemão, inglês, português). Aqui você acha exatamente a razão por que a cosmologia ocidental é ‘uni-versal’ (em suas diferenças) e imperial enquanto o pensamento e as epistemologias descoloniais tiveram que ser pluri-versais: aquilo que as línguas e as cosmologias não ocidentais tinham em comum é terem sido forçadas a lidar com a cosmologia ocidental (mais uma vez, grego, latim e línguas europeias imperiais modernas e sua epistemologia). (MIGNOLO, 2008, p. 316)

Detenho-me aqui no conceito de interculturalidade especificamente pelo fato de Mignolo afirmar tratar-se “de um conceito introduzido por intelectuais indígenas para reivindicar direitos epistêmicos”, como se lê na passagem acima. Assim, deter-se e tratar da interculturalidade é pôr em exercício a opção descolonial, ou melhor, é pensar (ou fazer) por fora da epistemologia da modernidade, como forma de escapar da retórica da modernidade e da lógica da colonialidade. A partir sobretudo da interculturalidade, observa-se que as “opções descoloniais estão mostrando que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memórias da civilização ocidental e de seus aliados internos. Uma civilização que comemora e preza a vida ao invés de tornar certas vidas dispensáveis para acumular riqueza e acumular morte, dificilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental, mesmo com suas ‘boas’ promessas(...)” (MIGNOLO, 2008, p. 295 - 296). A interculturalidade como um direito epistêmico e uma opção descolonial, ao invés de descartar vidas dispensáveis (“por razões estratégicas e da civilização da morte”), segue o caminho em direção *a uma civilização que encoraje e comemore a reprodução da vida*, no sentido de *uma comemoração da vida no planeta*, como afirma Mignolo. A reivindicação de direitos epistêmicos inscrita aí é uma afirmação de direitos epistemológicos e também teóricos e de pensar. A interculturalidade enquanto um opção epistemológica não abre mão de pensar a partir da vida de todos e de todos que vivem no mundo. E é exatamente aqui que vejo uma relação estreita e

produtiva entre a política epistêmica da interculturalidade e a política de vida da crítica biográfica fronteiriça. Lugar a partir do qual as vidas e os corpos de todos os postos no mundo se roçam, bem como as memórias, os sentires, os dizeres e os próprios lugares onde essas vidas sobrevivem. Nesse sentido, vejamos mais uma vez o que Mignolo tem a nos dizer acerca da opção descolonial:

A opção descolonial concede à concepção da reprodução da vida que vem de *dannés*, na terminologia de Frantz Fanon, ou seja, da perspectiva da maioria das pessoas do planeta cujas vidas foram declaradas dispensáveis, cuja dignidade foi humilhada, cujos corpos foram usados como força de trabalho: reprodução de vida aqui é um conceito que emerge dos afros escravizados e dos indígenas na formação de uma economia capitalista, e que se estende à reprodução da morte através da expansão imperial do ocidente e do crescimento da economia capitalista. *Essa é a opção descolonial que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir.* (MIGNOLO, 2008, p. 296)

A opção descolonial voltada para essa concepção de vida, de que fala Mignolo na passagem acima, da perspectiva das vidas declaradas dispensáveis por todo o mundo, e cuja opção, como se lê ao final da mesma passagem, alimenta o pensamento descolonial e, por conseguinte, o pensamento descolonial, e que imagina e pensa um mundo possível dentro do qual outros mundos coexistem não por acaso agrega o conceito de interculturalidade, e por vários motivos. Talvez pelo fato de ambas terem uma preocupação política de ordem epistemológica, tanto para Walter Mignolo quanto para Catherine Walsh. Em seu texto “Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento ‘outro’ a partir da diferença colonial”, Catherine afirma *que a lógica da interculturalidade “conhece” os paradigmas e as estruturas dominantes do conhecimento e pensamento*, e que, por conseguinte, “é através desse conhecimento que se gera um ‘outro’ conhecimento. Um pensamento ‘outro’, que orienta o programa do movimento nas esferas política, social e cultural, enquanto opera afetando (e descolonizando), tanto as estruturas e os paradigmas dominantes quanto a padronização cultural que constrói o conhecimento ‘universal’ do Ocidente.” (WALSH, 2019, p. 15 – 16). É salutar destacar, no bojo da discussão aqui feita, que o fato de a interculturalidade poder gerar um outro conhecimento se deve ao fato também de ela fazer parte e é um pensamento outro, cujo pensamento descoloniza as estruturas e os paradigmas dominantes do conhecimento e do pensamento modernos. Isso, por sua vez, mostra o quanto a interculturalidade é epistêmica, bem como a opção descolonial que a preside. Nesse sentido, Katherine diz:

a interculturalidade faz parte desse pensamento "outro" que é construído a partir do particular lugar político de enunciação do movimento indígena, mas também de outros grupos subalternos; um pensamento que contrasta com aquele que encerra o conceito de multiculturalismo, a lógica e a significação daquele que tende a sustentar os interesses hegemônicos. (WALSH, 2019, p. 20)

Em suma, a interculturalidade, por fazer parte de um pensamento outro e que, por sua vez, vai na contracorrente de conceitos que endossam a lógica da teoria moderna, a exemplo do conceito de multiculturalismo, aponta o caminho (já vínhamos falando dele) para uma teorização de ordem descolonial e ao mesmo tempo reforça a ideia de um paradigma outro que a seu modo antecipa e preside discussões conceituais dessa ordem. Entendo que é nesse sentido de uma abertura epistêmica-conceitual, como a encontrada envolta à discussão de uma interculturalidade epistêmica, que podemos tirar proveito para enriquecer sobremaneira a teorização que funda a crítica biográfica fronteiriça. Vejamos o que diz Walsh a respeito:

a interculturalidade é um paradigma "outro", que questiona e modifica a colonialidade do poder, enquanto, ao mesmo tempo, torna visível a diferença colonial. Ao agregar uma dimensão epistemológica "outra" a esse conceito -uma dimensão concebida na relação com e através de verdadeiras experiências de subordinação promulgadas pela colonialidade - a interculturalidade oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização e da construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta. (WALSH, 2019, p. 27)

O que estamos vendo, e lendo, é que a interculturalidade nos permite um modo outro de pensar e, por conseguinte, de teorizar através do pensamento descolonial e nos permite que novos mundos e sociedades distintas sejam pensadas e criadas. O que reforça a ideia antes mencionada de Mignolo de que a interculturalidade também é uma inter-cultura e uma inter-epistemologia, o lugar de um pensamento descolonial pluri-versal, assim como deve ser a teorização daí advinda. Ao avançar sua discussão, Katherine constata que foi a subordinação propagada pelos conceitos de diferença colonial e de colonialidade do poder que criou as condições para o projeto da interculturalidade e que tais conceitos, por sua vez, estão inter-relacionados. Todavia, de acordo com a autora,

não é só a interconexão dos termos o que nos interessa aqui, mas como essas interconexões fornecem os alicerces para o "posicionamento crítico fronteiriço", cujo caráter epistêmico, político e ético orienta-se para a diferença e a transformação das matrizes do poder colonial. Ou seja, um posicionamento tanto em termos de pensamento como de práxis, que vai além das categorias estabelecidas pelo

pensamento eurocêntrico (ao mesmo tempo em que incorpora essas categorias por meio de espaços interiores e exteriores), que partem de uma alteridade da diferença de lógica, de modernidade/colonialidade, e que se sustenta nos confrontos entre as distintas concepções da sociedade, propondo alternativas reais. (WALSH, 2019, p. 28 – 29)

Sobressaem várias estratégias de pensar (e de teorizar) das passagens acima as quais podem ajudar a esclarecer aqui a política da teorização da crítica biográfica fronteiriça. Destaca-se a que se prende ao posicionamento crítico fronteiriço, pois esse demanda uma consciência da parte do teorizador a respeito de seu biolocus, bem como a certeza de que sua reflexão crítica dá-se atravessada por valores de ordem epistêmica, política e ética. Um posicionamento que se inscreve no próprio *fazer* da teorização, ressaltando que aí pensar é correlato a viver e vice-versa, acentuando a sutil diferença, como quer Kusch, que pensar de viver é *uma forma privada de filosofar* (KUSCH *apud* MIGNOLO, 2018, p. 205). Aliás, como mostraremos, é essa forma outra de pensar que, por sua vez, além de levar o teorizador a escrever tão somente o que quer escrever, contribui para a consolidação da escrita da teorização (da ordem de uma prosa filosófica, política, ética, teórica e biográfica). É nesse sentido que Katharine afirma que essa noção de posicionamento crítico fronteiriço se enraíza na concepção de pensamento fronteiriço defendido por Mignolo: “uma forma ‘de pensar a outridade, de se mover através de uma ‘outra lógica’, em suma, de mudar os termos não só no sentido de se manter uma conversação.” (WALSH, 2019, p. 69 – 70). Essa noção de um posicionamento crítico fronteiriço, ou, para aludir ao título do texto de Katherine, um pensamento e posicionamento “outro”, nada mais é senão que a noção de interculturalidade como uma forma de se mover (teorização) através de uma lógica outra que não se prende mais a uma mera reverificação teórica e conceitual com o já estabelecido pelo pensamento teórico e crítico. (E não preciso dizer que aqui estou pensando na crítica biográfica fronteiriça.) Também é nessa direção que Katherine amarra a interculturalidade a uma epistemologia fronteiriça:

[Interculturalidade] é um bom exemplo do potencial epistêmico de uma epistemologia fronteiriça. Uma epistemologia que trabalha no limite do conhecimento indígena subordinado pela colonialidade do poder, marginalizado pela diferença colonial e pelo conhecimento ocidental transferido para a perspectiva indígena do conhecimento e de sua concepção política e ética. (WALSH, 2019, p. 29)

Até aqui me demorei longamente tratando especificamente da noção de interculturalidade (MIGNOLO; WALSH) e espero que meu leitor tenha entendido

o porquê. Trata-se, *grosso modo*, de entender que tal noção conceitual, primeiro, prende-se à noção de opção descolonial epistêmica, e, segundo, porque nos ajuda a entender melhor a política da teorização que caracteriza a crítica biográfica fronteira na medida em que está diretamente vinculada ao lócus biográfico fronteiro.

Retomo aqui o final de uma passagem anterior de Mignolo em que se lia que “essa é a opção descolonial [a que se volta para a reprodução da vida e que preza a vida, ao invés de primar pela reprodução da morte] que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos podem *co-existir*”²³ por entender tratar-se de uma opção descolonial pluricultural, já que a interculturalidade, segundo Mignolo e no bojo da mesma discussão, é inter-cultura e inter-epistemologia. Essa opção descolonial a partir da qual outros mundos, pessoas e teorias podem co-existir convoca outros conceitos que nos ajudam em seu entendimento, como o de “copresença”, de Sousa Santos (2010), e os de re-existência e re-surgência, de Walter Mignolo (2018).

Em “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes” Boaventura de Sousa Santos, ao tratar do pensamento moderno ocidental, diz que esse pensamento consiste em distinções visíveis e invisíveis, sendo que as visíveis estariam “deste lado da linha” e as invisíveis “do outro lado da linha”. Tal divisão/separação é tão gritante que esse outro lado da linha (e o que nele contém) simplesmente torna-se inexistente e é produzido como tal: “Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível”, afirma Sousa Santos. Enfim, tudo aquilo que é produzido pelo pensamento abissal “deste lado da linha” torna-se inexistente e é automaticamente excluído — o outro da exterioridade. Ou seja, é exatamente pelo pensamento abissal moderno deste lado de cá da linha (fronteira) não ter a capacidade de ver para além do outro lado da linha que se instaura a “copresença”: “a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha”, diz Sousa Santos. Que diz mais: “esse lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.” (SANTOS, 2010, p. 32). Pensando aqui na teorização que resulta na crítica biográfica fronteira seria como dizer que ela

²³ Grifo meu.

não existe, uma vez que do outro lado da linha não há pensamento, e logo não há teorização possível, chegando a pensar os defensores do pensamento deste lado da linha e detratores do que possa haver do outro lado que a teorização pensada a partir daquele lado não passa de uma falácia teórica. A discussão empreendida por Sousa Santos é densa e profunda, por todo seu texto, acerca das questões envoltas à ciência e ao direito. Esclarece o autor a respeito:

Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa. (SANTOS, 2010, p. 34)

Interessa-me aqui, de modo relevante, a copresença de ordem epistemológica, porque, enquanto o pensamento abissal teórico deste lado de cá não vê e ignora a teorização que se elabora do outro lado, temos que, de alguma forma, continuar nos lembrando deste pensamento abissal para melhor poder ultrapassá-lo, vencê-lo e sumariamente rechaça-lo. É nesse sentido que Sousa Santos conclui que “o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação” (SANTOS, 2010, p. 53). Tal ruptura se dá pelo fato de o pensamento pós-abissal poder ser *sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul*, como afirma o autor. Uma epistemologia do Sul onde o “conhecimento é interconhecimento”, e cuja opção descolonial é de ordem intercultural e inter-epistemológica, como dito. Tece-se aí a copresença radical de uma co-existência não menos radical. Sobre isso, Sousa Santos esclarece: “a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a copresença radical. A copresença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários” (SANTOS, 2010, p. 53).

Sousa Santos nos mostra que a copresença, o pensamento pós-abissal e a ecologia dos saberes radicalizam com a ideia de intolerância e de unidade no pensamento. “Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da *existência* de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento

científico” (SANTOS, 2010, p. 54)²⁴. Copresença e co-existência não comungam de uma política de “unidade” (talvez apenas de unidade na diferença, como a ideia de “semelhanças-na-diferença” de Mignolo), mas com certeza sinalizam o mesmo caminho e se *hermanam* em e de um mesmo pensamento a partir do outro lado onde todos se encontram na exterioridade do pensamento moderno ocidental. Nessa atmosfera de copresença e co-existência, vejamos o que Timoteo Francia diz sobre um *pensamento de hermandad*:

Irmão é quem entende minha aflição porque a vive, assim como minha dor e angústia, minhas necessidades de não recusar diante dele e vice-versa ou nas profundezas da mentalidade humana quando se diz “do nosso próprio sangue”. (FRANCIA *apud* GIULIANO, 2018, p. 23)²⁵

A partir desse pensamento assentado em uma copresença e uma co-existência, logo a partir de uma práxis de viver (ou seria melhor de um “pensar de viver”), a qual aqui também pode ser uma prática de escrever e de teorizar (do escrever o que eu quero escrever), Facundo Giuliano, em seu texto “la pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica”, afirma que “a “irmandade se fundamenta na compreensão de uma

²⁴ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p. 54. Grifo meu. Transcrevo a nota 49 de Sousa Santos: “Este reconhecimento da diversidade e diferenciação é um dos componentes fundamentais da *Weltanschauung* através da qual podemos imaginar o século XXI. Esta *Weltanschauung* é radicalmente diferente da adotada pelos países centrais no início do século passado. A imaginação epistemológica no princípio do século XX estava dominada pela ideia de unidade. Este foi o contexto cultural que influenciou as opções teóricas de A. Einstein (Holton, 1998). A premissa da unidade do mundo e a explicação fornecida por esta presidiu a todas as assunções nas quais Einstein baseou a sua pesquisa — simplicidade, simetria, causalidade newtoniana, completude, *continuum* — e explica parcialmente a sua recusa em aceitar a mecânica quântica. Segundo Holton, a ideia da unidade prevaleceu no contexto cultural do tempo, especialmente na Alemanha. Trata-se de uma ideia que atingira a expressão mais brilhante no conceito de Goethe de unidade orgânica da humanidade e da natureza e da completa articulação de todos os elementos da natureza. Foi esta mesma ideia que, em 1912, conduziu cientistas e filósofos à produção de um manifesto para a criação de uma nova sociedade que visava desenvolver um conjunto de ideias unificadoras e conceitos unificadores a aplicar a todos os campos do saber (Holton, 1998:26).

²⁵ *Apud* GIULIANO. *Podemos pensar los no-europeos?*, p. 23. “Hermano es quien entiende mi aflicción porque él la vive, así como mi dolor y angustia, mis necesidades de no rehusar ante él y viceversa o en lo más profundo de la mentalidad humana cuando se dice 'de nuestra propia sangre'”.(p. 23)

aflição por parte de outro (a) que também a vive e a sente tanto quanto eu, bem como a necessidade de não desistir diante dele ou dela de próprio sangue” (GIULIANO, 2018, p. 23)²⁶. No plano da teorização e da filosofia o que aqui se diz passa ao largo daquela velha ideia teórico-analítica de se falar pelo outro, de se falar *sobre* o outro, como tão comumente se via por meio de uma reflexão científica ensaística cujo discurso acadêmico se travestia de uma terceira pessoa que nada mais propunha e defendia senão uma unidade e uma tolerância aparente. Uma teorização presidida por uma co-existência radical, bem como por uma copresença, não permitiria essa reflexão *sobre*, mas tão somente a *partir* do outro. Reitero, mais uma vez, que não se trata de um ser ou outro, nem muito menos de um se pôr no lugar do outro, aliás *eu não sou o outro*. Nesse sentido, o que Facundo diz na sequência de sua discussão é esclarecedor: “a irmandade de uma luta, de re-existência diante de doenças, dores e angústias, é aquela que se abre a estranhos e estrangeiros que vêm colocar seu corpo, seus sentimentos e seus pensamentos, junto com a comunidade” (GIULIANO, 2018, p. 23)²⁷. (Não por acaso que sobressai também dessa discussão a ideia de um “pensamento comunal” tão caro à discussão de ordem descolonial. Aliás, e não por acaso, é de pensamento *comunal* que estamos tratando aqui, mesmo que sem mencioná-lo.) A opção descolonial, assim como o pensamento descolonial, precisa co-existir e re-existir a todas essas questões envoltas a viveres, sentires, pensares e afetos dos des-sujeitos que habitam os mundos e as fronteiras. O crítico biográfico fronteiriço precisa saber de antemão que a teorização (assim como o pensamento descolonial) *convoca-lhe a não se limitar a elaborar conceitos ou conceber sistemas, mas a escolher comprometer-se e se apaixonar e viver em sentido comunitário*, como diz Facundo a respeito de um pensar descolonial (GIULIANO,

²⁶ GIULIANO. La pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica, p. 23. “Desde dicho pensamiento y praxis del vivir, la hermandad se funda en el entendimiento de una aflicción por parte de otrx que también la vive y la siente tanto como yo, así como las necesidades de no renunciar ante él o ella de la propia sangre”. (p. 23)

²⁷ GIULIANO. La pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica, p. 23. “La hermandad de una lucha, de la re-existencia ante las afecciones, los dolores y las angustias, es una que está abierta al extraño y al extranjero que viene a poner el cuerpo, su sentir y su pensar, junto a la comunidad” (P. 23).

2018, p. 23)²⁸. Ou seja, a partir desse lugar comunal em que o crítico se põe (porque ela está predisposto a se encontrar e pensar a partir daí, já que sua escolha implica uma opção descolonial) ele precisa saber de antemão que seu *fazer teorização* vem antecedido e presidido pela copresença (inscrição) do corpo, do *bios* e do lócus de todos os envolvidos na enunciação/teorização, a começar por aquele que se predispôs a pensar. Sobressai daí um modo de pensar específico que arregimenta a teorização da crítica biográfica fronteiriça e que, por sua vez, tal modo trata já de uma ética da teorização, endossando o que se disse atrás acerca de um *pensamento da escrevivência*. Corrobora o que acaba de ser dito, quando trazemos o que afirma Facundo acerca da ética descolonial:

Uma ética descolonial não pode ser pensada separada de uma política descolonial, assim como a modernidade separou as esferas do ético e do político, o que envolve um movimento ao mesmo tempo ético-político-educativo e supõe uma análise da colonialidade, um desprendimento e uma reconstrução epistêmica como práxis de re-existência e ressurgência. (GIULIANO, 2018, p. 65 – 66)²⁹

Na esteira do que diz Facundo na passagem, diríamos que o mesmo vale para a política de uma teorização pautada no biolócus. Porque essa teorização só pode ser gestada a partir do momento em que o teorizador leva em conta a impossibilidade de não mais separar sujeito x corpo, sujeito x objeto, teoria x prática. A ética dessa teorização não se formula mais a meio caminho entre a teoria e a ficção, a vida e a ficção, nem muito menos entre a teoria moderna e seus conceitos e a prática da teorização biográfica fronteiriça. Nada disso. Sua ética de teorização parte da presença de uma práxis de *um pensar de viver* que já é teorizar, cujo movimento de desprendimento permite uma re-existência e uma ressurgência tanto do teorizador quanto da própria opção de teorização. Subjaz

²⁸ GIULIANO. La pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica, p. 23. “ (...) desde la cual convoca a no limitarnos a elaborar conceptos o a idear sistemas sino a elegir comprometernos, apasionarnos y vivir siento en sentido comunitario”. (p. 23)

²⁹ GIULIANO. La pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica, p. 65-66. “Una ética descolonial no puede pensarse ya escindida de una política descolonial, tal como la modernidad ha separado las esferas de lo ético y lo político, lo cual involucra un movimiento que sea a la vez ético-político-educativo y suponga una analítica de la colonialidad, un despredimiento y una reconstitución epistémica como práxis de re-existencia y re-surgencia” (p. 65-66).

por trás dessa discussão a presença incontestada da geo e corpo-política como condição fundante e necessária para um modo de pensar que preceda a teorização aqui em pauta³⁰. Mais uma vez, nesse sentido, o que Facundo reitera sobre a ética descolonial se faz necessário na discussão:

É uma ética onde a palavra vital em sua evolução traça um caminho que atravessa a escuridão de um sentir que não se esgota em seu rasgo, que caminha sobre uma geografia do pensamento em que se acentua e que nunca é completamente transparente, pois sempre permanece em sua poética existencial uma forma enigmática de viver. (GIULIANO, 2018, p. 67)³¹

Essa *forma enigmática de viver*, sobre a qual se fala ao final da passagem, e que permanece na poética existencial da ética descolonial, pode também se fazer presente no entorno do campo e lugar biográfico do ensaio resultante da crítica biográfica fronteira, por meio, sobretudo, da opção do *escrever apenas o que se quer escrever*, por meio da condição do *estar siendo* do teorizador e por meio de uma práxis de pensar de viver. Assim, inscrevem-se aí tanto a ética da escrita do ensaio dessa natureza, quanto a política da crítica declinada no biolocus. É nesse sentido que quero entender que propostas como a de *re-surgir* e de *re-existir* implicadas no pensar e no fazer descolonial da teorização crítica, como quer Mignolo, não significam retorno ao passado (pensando aqui em uma repetição, ou reavaliação conceitual do pensamento teórico moderno), mas, sim, uma proposta de teorização a partir do presente.³² Acerca da política da crítica biográfica fronteira, devo aclarar, parafraseando Mignolo, que sua importância e relevância

90

³⁰ Sobre a teorização pós-colonial, Mignolo afirma que essa teorização “coexiste com o próprio colonialismo como uma caminhada e um esforço contínuos em direção à autonomia e à libertação em todas as esferas da vida, da economia à religião, da língua à educação, das memórias à ordem espacial”. (MIGNOLO, 2003, P. 146).

³¹ GIULIANO. La pregunta que luego estamos si(gui)endo: manifestaciones de una cuestión ética-geopolítica, p. 67. “Se trata de una ética donde la palabra vital en su devenir traza un sendero que atraviesa la tiniebra de un sentir que no se agota en su desgarramiento, que camina sobre una geografia del pensar en la cual hace hincapié y que nunca se transparenta del todo ya que siempre queda en su poética existencial una enigmática manera de vivir”. (P. 67)

³² Ver MIGNOLO. Filosofía y diferencia epistémica colonial, p. 225. “Re-surgencia, al igual re-existencia no son propuestas para volver al pasado sino para definir proyectos en el presente que ya no son los presentes de los tres grandes relatos de la civilización occidental: teología cristiana y sus variantes, liberalismo y sus variantes, y marxismo y sus variantes”. (p. 225)

podem não ser aferidas por todos os teóricos, uma vez que a *geo e corpo-política* do sentir, do pensar, do fazer e do teorizar está enraizada/arraigada em “experiências distintas”. A despeito disso, deve-se considerar que nada antecede o entendimento de que a presença do *bios* e do *lócus* é determinante para a formação do *lócus* da enunciação da teorização biográfica fronteiriça, bem como a presença incontestada do corpo do des-sujeito que a teoriza, pensa, sente e a escreve. Porque, afinal, como nos lembra Mignolo, *todo princípio argumentativo não é racional, mas emocional*.³³

Retomo, por fim, o texto de Mignolo, “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”, para concluir lembrando que o pensamento descolonial rejeita __ e aqui estou incluindo a teorização biográfica fronteiriça e sua respectiva crítica __ “desde o início, qualquer possibilidade de novos resumos universais que irão substituir os existentes (...), porque a era da abstração ‘universal’ chegou ao fim”. (MIGNOLO, 2018, p. 321)³⁴.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do GIULIANO, Facundo (comp.). *¿Podemos pensar los no-europeos?: ética decolonial y geopolíticas del conocer*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018.

GIULIANO, Facundo. La pregunta que luego estamos si(gui)ndo: manifestaciones de una cuestión ética-política, p. 11-120. In: GIULIANO (COMP.). *¿Podemos pensar los no-europeos?: ética decolonial y geopolíticas del conocer*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018.

MIGNOLO, Walter. Filosofía y diferencia epistémica colonial, p. 203-229. In: GIULIANO (COMP.). *¿Podemos pensar los no-europeos?: ética decolonial y geopolíticas del conocer*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018.

³³ Ver MIGNOLO. *Filosofía y diferencia epistémica colonial*, p. 228.

³⁴ MIGNOLO. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*, p. 321.

MIGNOLO, Walter. Sí, podemos, p. 121-160.. In: GIULIANO (COMP.). *¿Podemos pensar los no-europeos?: ética decolonial y geopolíticas del conocer*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais*. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, p. 287-324. In: *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica*. Buenos Aires: Ediciones Del signo, 2010.

NOLASCO, Edgar César. *A fronteira não é longe daqui: ensaio de crítica biográfica fronteiriça* (TESE ACADÊMICA INÉDITA, apresentada à FAALC e defendida em 24 de setembro de 2020, 179p.).

NOLASCO, Edgar César. Ensaio biográfico: Podemos fazer teori(a)zação da fronteira-sul?. In: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIIS: Ensaio biográfico* (ISSN: 1984-7785), v.1, n.23 (2020), P. 57-74.

NOLASCO, Edgar César. *O teorizador vira-lata*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p. 31-83. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

WALSH, Katherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial, p. 06-38. In: *Revista eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas* (UFPel), V.05, N.1, Jan.-Jul., 2019.

92

Artigo Recebido em: 01 de julho de 2021

Artigo Aprovado em: 04 de dezembro de 2021.